



Universidade de Brasília
Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade
Departamento de Administração

Arthur Torres Vieira

**Ambiente de Negócios: Um estudo no contexto de abertura
e fechamento de empresas no DF**

Brasília – DF

2014

Arthur Torres Vieira

**Ambiente de Negócios: Um estudo no contexto de abertura
e fechamento de empresas no DF**

Monografia apresentada ao
Departamento de Administração como
requisito parcial à obtenção do título de
Bacharel em Administração.

Professor Orientador: Dr. Antônio
Nascimento Júnior

Brasília – DF

2014

Arthur Torres Vieira

**Ambiente de Negócios: Um estudo no contexto de abertura
e fechamento de empresas no DF**

A Comissão Examinadora, abaixo identificada, aprova o Trabalho de
Conclusão do Curso de Administração da Universidade de Brasília do
aluno

Arthur Torres Vieira

Dr. Antônio Nascimento Júnior
Professor-Orientador

Roberto Ellery
Professor-Examinador

Alexandre Maduro
Professor-Examinador

Brasília, 11 de dezembro de 2014

RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo analisar as percepções dos empresários e contadores sobre os fatores que influenciam o ambiente de negócios, no contexto de abertura e fechamento de empresas no Distrito Federal. As empresas a serem analisadas possuem enquadramento entre as micro e pequenas empresas para facilitar o acesso à informação e análise dos dados. Foi elaborado um questionário e aplicado em uma pesquisa de campo. Buscou-se analisar a partir dos procedimentos necessários para a abertura e fechamento de empresas, sob a visão de contadores e empresários, quais são os de maior dificuldade ou menor dificuldade, com base em uma escala de 1 a 6.

Palavras-chave: Empreendedorismo. Ambiente de Negócios. Micro e Pequenas Empresas.

SUMÁRIO

| | | |
|---|-------------------------------------|----|
| 1 | INTRODUÇÃO..... | 7 |
| 2 | REFERENCIAL TEÓRICO..... | 11 |
| 3 | MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA..... | 19 |
| 4 | RESULTADOS E DISCUSSÃO | 25 |
| 5 | CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES | 45 |
| | REFERÊNCIAS..... | 47 |
| | APÊNDICES..... | 49 |

1 INTRODUÇÃO

O excesso de burocracia é um dos grandes entraves para o ambiente de negócios. “É cada vez mais evidente a importância da simplificação, racionalização, desburocratização e desoneração no ambiente de negócios, com vistas à redução das exigências aos empreendedores, no momento da abertura, registro, legalização, alteração e baixa de seus empreendimentos.” (FERRAZ, SCHWINGEL. 2013) Os pequenos negócios tem grande relevância nos estudos de países em desenvolvimento, além de serem responsáveis por criação de mecanismos para desenvolvimento do ambiente de negócios do país, já que grandes empresas possuem maior poder de negociação com o governo. (ZYLBERSZTAJN, FACCIOLI, SILVEIRA. 2007). O ambiente de negócios atual acaba desfavorecendo empresas de menor porte, pois ao competir no varejo ou até no mercado externo, muitas vezes perdem espaço para empresas de grande porte que diminuem sua margem de lucro para maior competitividade.

Para registrar sua empresa pelo trâmite atual, muitas vezes o empreendedor após diversos comparecimentos presenciais à junta comercial ou ao cartório, a órgãos tributários e de emissão de alvarás, necessita ainda aguardar a vistoria do Corpo de Bombeiros, da vigilância sanitária, dos órgãos ambientais, entre outras pendências. Depois de todos esses processos, poderá obter a emissão de todos os documentos necessários para o funcionamento de sua empresa. Em muitos dos casos, a empresa acaba tendo que realizar tais procedimentos já com aluguéis sendo pagos, produtos prontos ou até mesmo contas a pagar.

Pesquisas vêm sendo realizadas acerca da temática sobre facilidade de ser fazer negócios em diversos países. Uma pesquisa de referência em todo o mundo é a Doing Business, realizada pelo Banco Mundial. Nela o Brasil se encontra em 116º lugar na classificação sobre facilidade de realização de negócios, e em sua pesquisa subnacional o Distrito Federal se encontra empatado em 1º lugar, junto com Minas Gerais e Rio Grande do Sul.

Mesmo com essa posição preocupante do Brasil, pouco vem sendo estudado e analisado nos centros acadêmicos do país acerca da temática. Portanto, o objeto

de estudo escolhido é exploratório e não conta com nenhum tipo de estudo acadêmico semelhante.

1.1 Formulação do problema

O tema sobre a facilidade de se fazer é um assunto do cotidiano do empresariado brasileiro e vem se tornando cada vez mais da população em geral. Mesmo assim, ainda existem dúvidas acerca de quais são os principais fatores preponderantes ao se fazer negócios. Sendo mais específico os principais procedimentos para a abertura e para o fechamento de uma empresa.

Fatores como burocracia, múltiplos órgãos para entrada de documentos de regularização, custos para obtenção dos documentos, idas presenciais aos órgãos, prazos, e outras problemáticas são críticos nessa análise. Ter uma resposta vinda dos atores que estão no dia-a-dia em seu trabalho lidando com tais dificuldades irá destacar os principais fatores envolvidos para assim se trabalhar com melhor foco de mudança e se refletir em uma melhoria do ambiente de negócio.

1.2 Objetivo Geral

O trabalho tem como objetivo analisar a percepção dos empresários e dos contadores, principais atores dentro de uma empresa, sobre os fatores mais relevantes em relação à abertura e fechamento de micro e pequenos negócios no Distrito Federal.

1.3 Objetivos Específicos

Identificar a percepção dos empresários e contadores acerca do ambiente de negócios no Distrito Federal.

Correlacionar as respostas dos questionários com os resultados já apresentados de pesquisas anteriores sobre facilidades de realização de negócios no Brasil, mais especificamente no Distrito Federal.

Identificar falhas nos procedimentos atuais e sugestões para melhorias.

Corroborar pesquisas subnacionais já realizadas acerca da temática de realização de negócios. Poucos estudos acadêmicos sobre o tema estão disponíveis atualmente, é, portanto, de interesse da pesquisa maior participação do meio acadêmico para melhoria do ambiente de negócios em nosso território.

1.4 Justificativa

Nas razões teóricas para realização do trabalho, pode-se analisar que tal pesquisa tem uma abordagem diferente dos estudos e pesquisas já realizados. Não existe semelhança com nenhum outro tipo de estudo que analise a percepção dos principais atores da empresa, no caso o empresário e o contador. Portanto, é prioridade do trabalho obter diferentes tipos análises do ambiente de negócios para melhor entendimento da temática, visto que ainda existem poucas pesquisas e poucos trabalhos acadêmicos sobre facilidades e dificuldades para realização de negócios no Brasil.

É também característica do trabalho corroborar dados de pesquisas subnacionais do Brasil, dando maior suporte para melhores análises do ambiente de negócios e identificação de falhas nos processos atuais para a abertura e fechamento de empresas.

Como justificativa prática do trabalho deve-se compreender que a partir de mais dados e identificação de pontos para melhorias no ambiente de negócios, poderão ser realizadas novas políticas públicas a fim de melhorar o processo atual no Distrito Federal, e em maior escala no Brasil. Dessa maneira, poderá ser introduzida uma melhoria no diálogo entre empresas e os órgãos reguladores governamentais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico tem como objetivo introduzir os ideais de regularização dos negócios, com exemplos de grandes potenciais mundiais; em seguida uma breve ilustração do ambiente de negócios no Brasil e no Distrito Federal, com dados de pesquisas relevantes atuais; logo após, uma discussão sobre as barreiras e dificuldades da sobrevivência da pequena empresa; uma breve passagem sobre a escolha dos empresários e contadores para análise da percepção; e finalizando, uma aglomeração das legislações criadas para melhoria do ambiente de negócios no Brasil, com foco especial nas micro e pequenas empresas.

2.1 Criação de Negócios no Mundo

O empreendedorismo surge como atividade comercial séculos atrás e mudou o mundo para melhor. Estudos recentes apontam que o comércio global remonta a mais de milênios atrás, antes mesmo da Idade Média. (LANDES, 2010) Graças a essas evoluções na maneira de se realizar negócios que chegamos ao nível de globalização atual, onde as barreiras físicas não mais existem no momento de adquirir um produto ou serviço. Segundo Landes (2010), os países que melhor se adaptaram e souberam lucrar foram os que perceberam as oportunidades feitas pela liberdade comercial e empresarial antigamente, onde a captação por investimentos e inovações foram essenciais para o sucesso. Porém, a partir da modernização das sociedades e instituição de governos, foi ficando cada vez mais necessário a regularização do ambiente de negócios.

Os Estados Unidos no século XX são uma referência de sucesso no âmbito de negócios e empresas bem sucedidas. O que se pode observar é que, as empresas de grande porte que fizeram a fama do país, além de serem verticalmente integradas acabaram recebendo a colaboração do governo federal, cada vez mais intervencionista. Porém, tais intervenções acabaram criando brechas no momento

em que grandes empresários e membros do governo foram expostos. Esse fato acabou chamando a atenção da população. Margareth Graham (2010) descreve que o empreendedorismo nos EUA que, quando houve a corrupção em diversos níveis, tanto na administração das empresas quanto no governo, foram então instituídas no país medidas reguladoras e sociais com o objetivo de coibir a ganância dos corruptos. Segundo a autora, essa política regulatória tinha como objetivo criar sólidas classes trabalhadoras que fossem opostas ao socialismo e à solidariedade dos sindicatos. Outra evidência encontrada na evolução do empreendedorismo nos Estados Unidos foi que as grandes empresas, ao se destacar mais no cenário mundial, tinham mais privilégios, como maior acesso ao capital do que as pequenas empresas. Tal preferência é evidenciada na preparação para a guerra, onde o exército americano procurava fornecedores de artigos em grande escala e a baixo custo.

Outro exemplo de um grande país que teve que construir políticas reguladoras para seus empreendedores e respectivas empresas é a China. A política chinesa utilizada em seus primórdios foi de não intervenção nas atividades comerciantes, com impostos leves e apenas fiscalização contra monopólios. Portanto, sem a regulação da economia pelo Estado desinteressado no assunto, os comerciantes criavam suas próprias regras e formando associações (CHAN, 2010). A produção, em sua maioria agrícola, era comercializada também em longas distâncias, onde apenas algumas rotas eram autorizadas pelas capitais regionais e grandes cidades, havendo um controle do fluxo de tráfego do comércio. Com essa política de não instituição de leis para essas situações, acabou-se criando junto com o mercado acessível, uma oportunidade para que empreendedores pudessem começar um negócio de pequeno porte, quase sempre familiar, até mesmo com pouco ou sem nenhum capital. Em épocas de turbulência na política ou enfraquecimento do governo central, gestores oficiais acabaram ganhando espaço e prestígio na China. O desenvolvimento econômico era baseado no mercado, e assim que gestores oficiais vislumbravam oportunidades, muitas vezes apossavam de empresas privadas ou até então fizeram muitos ricos donos de empresas serem obrigados a comprar títulos do governo ou prestar outra forma de contribuição financeira. Durante as décadas mais recentes, foi-se necessário à adaptação ao contexto global, com filiação a entidades como a Organização Mundial do Comércio

(OMC), proporcionando um melhor ambiente de negócios para as empresas chinesas.

Percebe-se, portanto, a evolução em que a entidade reconhecida como empresa teve pelo mundo. Será destacado a seguir como se encontra a situação brasileira e do Distrito Federal, nos dias de hoje.

2.2 Cenário Brasileiro e do Distrito Federal

O índice do *TEA (Taxa de Empreendedorismo em Estágio Inicial)* no Brasil foi de 17,5% em 2010, segundo dados da pesquisa do *Global Entrepreneurship Monitor (2010)*, perdendo em números absolutos somente para a China onde o TEA era de 14,4%. Essa taxa foi a mais alta desde o início da pesquisa no país, o que mostra uma tendência de crescimento no empreendedorismo no Brasil. O índice brasileiro, porém, manteve-se nesse nível, de 17,3% em 2013, o que mostra que os negócios iniciais se mantiveram na mesma taxa que antes. Porém outros países da América Latina e da África Subsaariana obtiveram números superiores que o Brasil no ano, mesmo sendo a média registrada no Brasil ainda maior que em todos os países da Europa e da América do Norte. Outro dado interessante da pesquisa do *GEM 2013* é que o Brasil é um dos países com o maior índice onde o empreendedorismo é considerado como uma boa oportunidade de carreira, com 84,6%, porcentagem essa superior à de países da Europa e da América do Norte. As pesquisas da própria *GEM* também relatam que um negócio só consegue ser inovador se o ambiente em que o negócio atuar for inovador. Portanto, novas empresas só podem ser criadas e serem competitivas em seu ambiente, se houverem condições para tanto.

Segundo pesquisas da *Doing Business (2013)*, relatório do Banco Mundial, em 2013 o Brasil se encontrava na 116ª posição entre os países onde existe maior facilidade de se fazer negócios, continuando na mesma posição quando a pesquisa foi feita no ano anterior. Zylbersztajn, Faccioli e Silveira (2007) criticam a abordagem metodológica do estudo do Banco Mundial, que toma como pressuposto que o país possui características singulares, o que não acontece no Brasil e em países com

grande território, pois não possuem homogeneidade em todas suas áreas. As particularidades encontradas em cada Unidade Federativa do país devem ser analisadas e classificações não devem ser generalizadas.

No seu estudo subnacional feito sobre o Brasil, o *Doing Business* identificou que o Distrito Federal está em 3º lugar entre os estados onde se é mais fácil abrir um negócio, demorando em média 49 dias para regularização do procedimento e perdendo apenas para Minas Gerais e o Rio Grande do Sul. Outro dado importante de se analisar é que o DF é o estado com maior tempo gasto para se obter crédito entre os estados analisados. Isso é um fator crítico, pois o acesso ao crédito é sempre um dos fatores que são indicados como principal razão para falência de empresas ou maiores obstáculos para fazer a empresa alavancar.

| DISTRITO FEDERAL | |
|--|--------|
| Cidade: Brasília | |
| PIB per capita (BRL) | 16920 |
| Facilidade para fazer negócios (classificação) | 1 |
| Abertura de Empresas | |
| Número de procedimentos | 15 |
| Prazo (dias) | 49 |
| Custo (% da renda per capita) | 4,93 |
| Facilidade para abrir uma empresa (classificação) | 3 |
| Obtenção de Crédito | |
| Custo da obtenção de crédito (% valor do empréstimo) | 0,39 |
| Prazo (dias) | 45 |
| Facilidade para obtenção de crédito (classificação) | 7 |
| Pagamento de Impostos | |
| Imposto total a pagar (% do lucro bruto) | 149,19 |
| Número de pagamentos | 12 |
| Facilidade para pagamento de impostos (classificação) | 8 |
| Registro de Propriedades | |
| Número de procedimentos | 14 |
| Prazo (dias) | 57 |
| Custo (% valor do imóvel) | 2,08 |
| Facilidade para registro de propriedade (classificação) | 1 |
| Cumprimento de contratos | |
| Índice de complexidade (número) | 70 |
| Prazo (dias) | 730 |
| Custo (% da dívida) | 18,85 |
| Facilidade para cumprimento de contratos (classificação) | 2 |

Tabela 1 – Estatísticas sobre a facilidade para se fazer negócios no DF
 Fonte: *Doing Business Brasil* (2014) com formatações do autor

O site do “Observatório da Lei Geral”, criado pelo SEBRAE e CNI, relata que o DF possui 151.252 empresas enquadradas na Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, ficando em 13º lugar em números absolutos no país, que tem uma média de 269.632 empresas por estado enquadradas na lei. A colocação em tal ranking se deve ao reduzido tamanho do território do DF, de 5.779,999 km² segundo o IBGE - o menor entre as Unidades Federativas do país. O próprio site possui um ranking dos estados brasileiros avaliados por critérios que indicam os melhores e piores ambientes de negócios segundo legislações destinadas as micro e pequenas empresas no ano. O DF esteve empatado na primeira colocação, junto com Acre, Alagoas, Espírito Santo, Mato Grosso, Rio de Janeiro e Roraima.

Analisando adentro o nosso país, podemos destacar muitos pontos a melhorar para o ambiente de negócios nacional. Estudos vêm relatando os efeitos em que o ambiente onde a empresa se insere pode influenciar, de maneira boa ou ruim, no sucesso do empreendimento. Na próxima seção, pode-se analisar melhor de fato o que vem sido discutido acerca da vida de uma empresa.

2.3 Sobrevivência na Micro e Pequena Empresa

O assunto acerca da temática sobre barreiras ao fazer negócios vem crescendo, sem dúvidas, porém ainda é pouco abordado na academia. Estudos de caso de micro e pequenas empresas sobre suas dificuldades para sobrevivência vão aumentando a medida que as barreiras impostas pelos agentes reguladores vão diminuindo. Zoltan Acs (2007) aponta em seu artigo que quando pessoas de segmentos mais desfavorecidos, muitas vezes decidem abrir seu negócio sem nenhum tipo de qualificação necessária, com pouco ou nenhum capital financeiro, baixos ou sem nível de escolarização, contatos sociais e entre outros, sendo estes os principais motivos para o fracasso do negócio.

Peireira, Grapeggia, Emmendoerfer e Três (2009) analisaram em seu estudo fatores de inovação para a sobrevivência das micro e pequenas empresas no Brasil e foi percebido que, a evolução dos índices de sobrevivência das MPEs foi determinante para melhoria do ambiente econômico e a maior qualidade

empresarial. Além disso, aspectos como o controle da inflação, diminuição da taxa de juros, aumento da oferta de crédito e o aumento do consumo das classes C, D e E favoreceram o desenvolvimento de pequenos negócios no país.

No exemplo de exportações, micro e pequenas empresas possuem poder inferior das grandes, nos quesitos como investimentos em recursos humanos, viagens internacionais, remessa de amostras, participação em feiras e missões comerciais, adequação do produto, entre outros. As micro e pequenas empresas, nesse caso de exportação, se não possuírem auxílio de órgãos estatais podem unir esforços por meio de alianças estratégicas (ESTEVES, NOHARA. 2011). No estudo realizado pelos autores, o aporte financeiro promovido por empresas de fomento foi fundamental para as micro e pequenas empresas que exportavam seus produtos, nos âmbitos de promoção comercial de exportação, para assim atingir maior competitividade com as médias e grandes empresas e empresas do exterior.

Góes, Brugni, Beiruth, Guimarães (2013) relatam em suas análises de entrevistas com representantes de entidades de fomento na Bahia, que o crédito insuficiente, as taxas, impostos e os encargos trabalhistas prejudicam o empresariado local e principalmente o pequeno negócio. Além disso, foi concluído que os órgãos de fomento ao empreendedorismo são essenciais para a dinamização da economia, dando mais competitividade ao empresariado para uma construção de uma cidade próspera.

Ao analisar os procedimentos para abertura e para o fechamento de empresas em São Paulo, Zylbersztajn, Faccioli e Silveira (2007) chegaram a conclusão de que o processo para fechamento de uma empresa é mais caro e complexo do que o processo para abertura de uma empresa. Os autores também apontam em seu estudo que a formalização do negócio no Brasil é necessária para crescimento e desenvolvimento da empresa, pois na informalidade empresas estão sujeitas a multas, propinas, falta de definição de seus direitos legais, impossibilidade de formalizar contratos e dificuldade de acesso ao crédito. Porém, empresas que optam para a formalização ainda assim ficam sujeitas a outros custos, como taxas da burocracia que os órgãos brasileiros impõem.

Com as informações necessárias para se analisar o ambiente externo que influencia na vida de uma empresa, na próxima seção poderemos identificar os

papéis e responsabilidades em que os empresários e contadores influenciam e assumem nas empresas que atuam.

2.4 O Empresário e o Contador nas micro e pequenas empresas

A escolha pelos dois atores foi realizada após discussão e fundamentação de que nos micro e pequenos negócios, ambos são, sem dúvida, os que têm maior visão e conhecimento dos trâmites para a formalização e fechamento das empresas com os órgãos competentes.

O empreendedor, que na maioria dos casos nas micro e pequenas empresas é próprio dono do negócio e principal ator na empresa, desenvolve nela atividades econômicas e não econômicas, alocando da melhor maneira seus recursos. É o tomador de decisão, agregador de valor ao produto, introdutor de mudanças, e entre outras funções na empresa (GÓES, BRUGNI, BEIRUTH, GUIMARÃES. 2013). Percebe-se então, a tamanha importância da figura do empresário dentro das micro e pequenas empresas, que por motivos de tamanho, muitas vezes concentram os cargos de responsabilidade financeira, administrativa, de recursos humanos, e outros, na mesma figura do dono do negócio.

Já em relação ao contador, dentro das micro e pequenas empresas vem se tornando um profissional bastante requisitado. Principalmente em relação à contabilidade gerencial, onde visa auxiliar o administrador da empresa nas tomadas de decisões (CATAPAN, CORTES, SOUZA, SANTOS, SILVA. 2011). A contabilidade gerencial vem crescendo no contexto atual, onde o contador deve fazer a conexão entre os rumos das atividades da empresa e sua lucratividade, para que a melhor trajetória seja traçada, além de ser motivadora para premiar os que realmente contribuem para a missão da empresa (CORBETT. 1997).

Tendo ciência da importância do papel desses grandes atores dentro da empresa, o próprio governo brasileiro vem se demonstrando flexível e melhorando seu diálogo com fins de facilitar e garantir que o trabalho de ambos seja simplificado. A seguir, pode-se observar o que vem sendo feito pelo governo federal, estadual e

municipal, além de diversos entes que contribuíram para atingir esses resultados nos últimos anos.

2.5 Legislação brasileira em prol do empreendedorismo

Com o objetivo de melhorar o ambiente de negócios, foi publicada em 14 de Dezembro de 2006 a Lei Complementar número 123, conhecida como Lei Geral das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte. A lei traz em seus dispositivos uma série de diretrizes que buscam a efetivação e garantia do tratamento diferenciado e favorecido à microempresa (ME) e à empresa de pequeno porte (EPP), previsto no Artigo 146, inciso I, “d”, da Constituição Federal (CF). Essa determinada lei foi criada e tem sempre como objetivo a contribuição para o desenvolvimento e a competitividade das micro empresas e empresas de pequeno porte brasileiras, como estratégia de geração de emprego, distribuição de renda, inclusão social, redução da informalidade e fortalecimento da economia.

Além disso, a Secretaria da Micro e Pequena Empresa, o Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC), Juntas Comerciais, o SEBRAE e outros órgãos reguladores e fomentadores do ambiente de negócios, realizam trabalhos em conjunto com o objetivo de desburocratizar as ações das empresas com os órgãos regulatórios. Tais iniciativas têm como meta a implantação da Rede Nacional para Simplificação do Registro e Legalização de Empresas e Negócios (Redesim) criada pela Lei nº 11.598, de 3 de dezembro de 2007, para simplificar procedimentos e integrar órgãos federais, estaduais e municipais envolvidos no processo de abertura, funcionamento e baixa de empresas.

A lei 11.598 assegura em seu artigo 9º que será requisitado ao usuário da Redesim a entrada única de documentos e dados cadastrais para formalização, alteração ou baixa em empresas. Tais quesitos não são correspondidos atualmente, dessa maneira o governo federal e estadual, as Juntas Comerciais e SEBRAE buscam atingir essa desburocratização a partir do funcionamento da lei.

3 MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA

3.1 Tipo e descrição geral da pesquisa

Em virtude dos objetivos do trabalho, a pesquisa tem como característica descritiva com uma abordagem quantitativa, cujo método usa instrumentos predeterminados que geram dados estatísticos (Creswell 2007). Richardson (1999) define o método quantitativo pelo emprego da quantificação e o emprego de técnicas estatísticas, usualmente, aplicados nos estudos descritivos, que procuram descobrir e classificar relações entre variáveis.

Segundo Vergara (2000) pode se classificar o tipo de pesquisa quanto aos fins e aos meios, assim, trata-se de uma pesquisa descritiva e de campo, o primeiro trata-se de ser uma pesquisa descritiva, onde procura estabelecer correlações entre variáveis, expor características de determinada população, mas sem a preocupação de explicar o fenômeno descrito. A pesquisa de campo refere-se a uma investigação empírica num determinado local, em que dispõe os elementos necessários para explicar o fenômeno.

O levantamento de dados será realizado por *Survey*, Freitas et al. (2000, p.135) o define como a “obtenção de dados ou informações sobre características, ações ou opiniões de determinado grupo de pessoas, indicado como representante de uma população-alvo, por meio de um instrumento de pesquisa, normalmente um questionário”.

3.2 Caracterização da organização, setor ou área

As micro e pequenas empresas podem ser classificadas a partir de diversas óticas, geradas por diferentes instituições. De acordo com a Lei Complementar 123/2006, as organizações são classificadas a partir do seu faturamento bruto anual.

As micro empresas se caracterizam pela receita bruta anual de igual ou inferior a R\$360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais), enquanto as pequenas empresas devem estar com faturamento bruto entre R\$360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e inferior ou igual a R\$3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais).

A classificação feita pelo BNDES, ou Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, é baseada nos critérios dos países do MERCOSUL. As micro empresas são aquelas com faturamento bruto anual de até USD 400.000,00 (quatrocentos mil dólares), já as pequenas empresas devem ter faturamento entre USD 400.000,00 (quatrocentos mil dólares americanos) até USD 3.500.000,00 (três milhões e meio de dólares americanos).

O SEBRAE, porém, possui uma abordagem diferente ao classificar a natureza das empresas. Ao invés de levar em conta o faturamento bruto anual, é observado o número de funcionários empregados pela empresa, além do setor em que a empresa atua. As micro empresas são definidas por possuírem até 9 empregados, nas áreas de comércio e serviço, e até 19 funcionários na área industrial ou de construção. Por fim, as pequenas empresas da área do comércio e serviço são caracterizadas por ter entre 10 a 49 empregados, e na área industrial e de construção de 20 a 99 funcionários.

3.3 População e amostra

A população dos dois atores a serem analisados na pesquisa, empresários e contadores, pode ser contabilizada através dos dados: do número de micro e pequenas empresas existentes no Distrito Federal, pressupondo que em cada empresa possui a figura de um empresário em sua direção; e, para a população de contadores, através de dados do Conselho Federal de Contabilidade.

Entre a população de micro e pequenas empresas, abordado também no referencial teórico, o site do “Observatório da Lei Geral” contabiliza 151.252 micro e pequenas empresas no Distrito Federal.

Já entre a população de contadores, o Conselho Federal de Contabilidade contabiliza entre seus filiados 14.796 profissionais, entre eles contadores e técnicos

de contabilidade. É o maior número de profissionais da região centro-oeste, porém pouco representativo no território nacional.

| Região: Centro-Oeste | | | |
|-----------------------------|---------------|-----------------|-----------------|
| Estado | Total | % Região | % Brasil |
| DF | 14.796 | 34% | 3% |
| GO | 11.982 | 28% | 2% |
| MS | 6.995 | 16% | 1% |
| MT | 9.726 | 22% | 2% |
| TOTAL | 43.499 | 100% | 8% |

Tabela 2 – População de contadores na região Centro-Oeste

Fonte: Conselho Federal de Contabilidade (2014)

A amostra coletada - ou seja, os participantes efetivos da pesquisa, foi bastante abaixo da esperada no início do trabalho. Alguns fatores influenciaram na quantidade reduzida de amostra, como a de empresários que possuem múltiplas empresas, outros profissionais que possuem sua própria empresa como projeto secundário e principalmente também por serem pessoas de difícil acesso (Ex: bastante espalhados pelo território do DF, falta de ponto e horário fixo de trabalho, trabalhos atuais com foco diferente da formação, entre outros). Foram coletados 35 questionários, totalizando 0,021% do total da população total de micro empresas e contadores registrados no território do Distrito Federal.

3.4 Caracterização dos instrumentos de pesquisa

O questionário aplicado aos empresários e contadores é composto por 24 itens que deverão avaliar a percepção desses atores acerca de procedimentos na

abertura e fechamento de empresas, além de questões para segmentação do respondente.

No cabeçalho do questionário se encontram as instruções relativas ao preenchimento das questões e aos objetivos da pesquisa. O questionário foi dividido em três blocos: a primeira parte trata-se das informações gerais do respondente, para que a análise dos dados seja traçada de acordo com cada perfil; a segunda com questões para análise da abertura de empresas; e por fim, a terceira parte com questões com enfoque no procedimento para fechamento das empresas.

Os procedimentos listados no questionário em relação à abertura e fechamento de empresas teve como base a metodologia já utilizada pelo estudo do *Doing Business 2013*, realizado pelo Banco Mundial, com devidas alterações e adaptações para melhor enquadramento no cenário brasileiro. Entre os processos listados no bloco dois do questionário, referentes à abertura de empresas estão: instalação de luz; alvarás de construção; registro de propriedade; obter crédito; pagar impostos; exportação; leis trabalhistas; vistorias; mão de obra; qualidade no atendimento nos órgãos públicos; documentação necessária; leis de incentivo às MPEs. Já entre os processos que caracterizam ou contribuíram para o fechamento da empresa, foram representados os seguintes itens: obtenção de crédito; carga tributária; planejamento; apoio governamental; leis trabalhistas; mão de obra especializada; e por fim, leis de incentivos às MPEs.

A escala escolhida para melhor representar tais processos foi a de 1 a 6, onde o número “1” representava “Muita Dificuldade” no processo, regredindo a intensidade até o número “6” que representava “Pouca Dificuldade” no processo.

3.5 Procedimentos de coleta e de análise de dados

Os procedimentos de coleta e de análise de dados foram realizados pelo próprio autor, utilizando como praça para aplicação dos questionários a conveniência e distância dos empreendimentos. Durante a abordagem dos empresários e contadores, o autor esteve presente para sanar possíveis dúvidas relativas a

interpretação e outras questões relativas ao instrumento de pesquisa. Nas abordagens, os participantes também foram avisados sobre os objetivos da pesquisa da qual estariam colaborando. Os entrevistados foram abordados aleatoriamente durante o processo de coleta dos dados.

Os dados analisados a partir do questionário foram tabulados e analisados estatisticamente a partir do software *SPSS IBM version 20*. Com o auxílio do software, foi realizada uma análise descritiva dos dados de frequência para melhor entendimento das respostas.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Primeiramente, as respostas dos questionários foram analisadas em seus termos de segmentação, para melhor entendimento do público que seria analisado. Após tal análise, foi realizada uma análise dos procedimentos de abertura e fechamento de empresas que tiveram resultados com valores altos em suas extremidades, os valores de muita dificuldade (valor 1) e pouca dificuldade (valor 6) no processo. Ao filtrar tais respostas foi possível analisar pontos que foram melhores avaliados e piores avaliados. Com filtros de análise acerca da profissão do respondente, pode-se inferir e se observar melhor se a posição na empresa pelo respondente pode ter influenciado nas respostas.

4.1 Características da amostra coletada

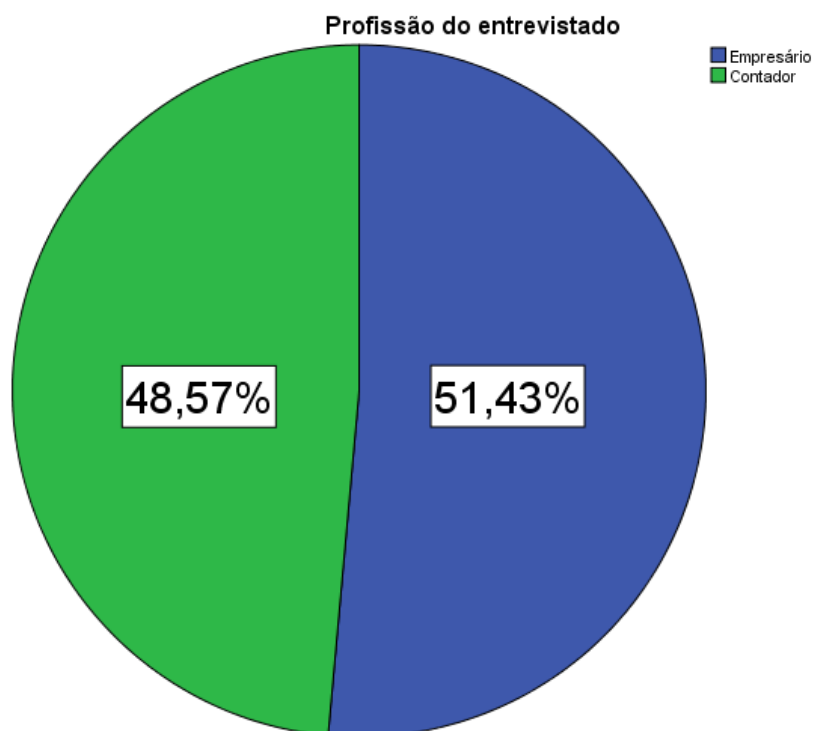


Gráfico 1 – Profissão dos entrevistados

Fonte: Elaboração do autor (2014)

Entre os 35 entrevistados, houve certo equilíbrio entre a quantidade das profissões entre eles. Totalizaram as respostas 18 respondentes empresários e 17 contadores, e sua frequência relativa pode ser observada.

| Idade | Frequência | % | % Acumulada |
|--------------|-------------------|----------|--------------------|
| 19 | 2 | 5,7 | 5,7 |
| 21 | 2 | 5,7 | 11,4 |
| 22 | 1 | 2,9 | 14,3 |
| 24 | 1 | 2,9 | 17,1 |
| 25 | 3 | 8,6 | 25,7 |
| 26 | 1 | 2,9 | 28,6 |
| 27 | 2 | 5,7 | 34,3 |
| 28 | 3 | 8,6 | 42,9 |
| 30 | 1 | 2,9 | 45,7 |
| 31 | 2 | 5,7 | 51,4 |
| 34 | 1 | 2,9 | 54,3 |
| 35 | 2 | 5,7 | 60,0 |
| 38 | 1 | 2,9 | 62,9 |
| 42 | 1 | 2,9 | 65,7 |
| 44 | 1 | 2,9 | 68,6 |
| 45 | 1 | 2,9 | 71,4 |
| 48 | 1 | 2,9 | 74,3 |
| 49 | 1 | 2,9 | 77,1 |
| 50 | 1 | 2,9 | 80,0 |
| 52 | 1 | 2,9 | 82,9 |
| 54 | 2 | 5,7 | 88,6 |
| 56 | 1 | 2,9 | 91,4 |
| 63 | 1 | 2,9 | 94,3 |
| 64 | 1 | 2,9 | 97,1 |
| 70 | 1 | 2,9 | 100,0 |
| Total | 35 | 100,0 | |

Tabela 3 – Idade, frequência e percentuais dos entrevistados

Fonte: Elaboração do autor (2014)

Sobre a idade dos respondentes, as respostas variaram entre os 19 e os 70 anos de idade. Pode-se observar que um pouco mais de 25% dos entrevistados tinham até 25 anos, um fator que demonstra bem como o mercado atual está competitivo, onde jovens já estão inseridos na População Economicamente Ativa (PEA) do cenário brasileiro. Porém, entre os empresários entrevistados, apenas um respondente tinha uma idade inferior aos 25 anos (respondente número 8 – 24 anos).

Esse cenário onde jovens possuem pouco espaço no ambiente de empreendedorismo pode ser deduzido que existem barreiras desses de conseguir um apoio efetivo e experiência a favor do empreendedorismo, além da saturação do mercado. A pesquisa realizada pela organização Endeavor Brasil, conseguiu analisar a segmentação do mercado de empreendedores brasileiros em relação as suas idades.

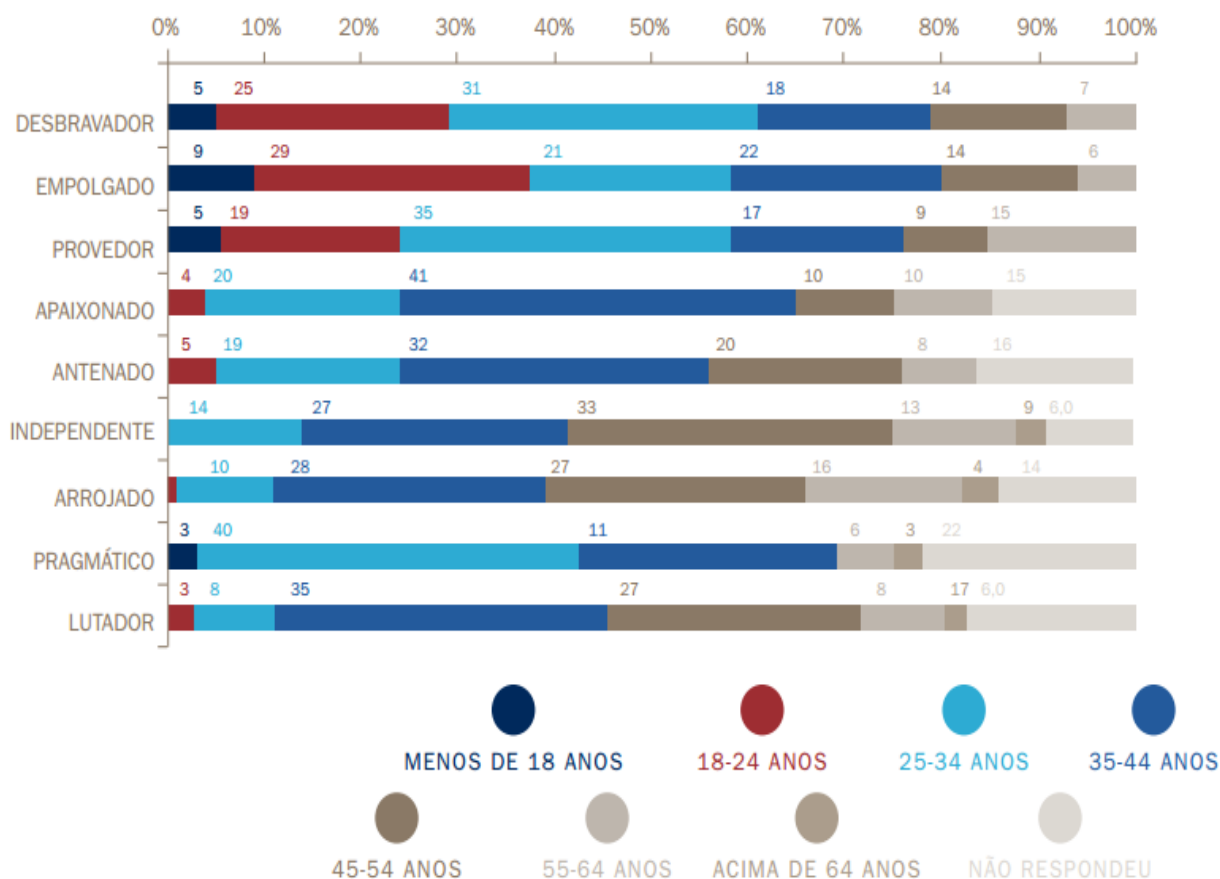


Gráfico 2 – Idade dos perfis segmentados do empreendedor brasileiro
 Fonte: Empreendedores Brasileiros – Perfis e Percepções. Endeavor (2013)

Pode-se observar pelo gráfico que os perfis predominantes entre os jovens são os de desbravador e empolgado, o que demonstra a intenção inicial do empreendedor sem nenhuma experiência e apenas com força de vontade. Já o perfil de pragmático e independente, características que melhor traduzem o empreendedor com experiência, planejamento e sem necessidade de dependência, seja financeira ou intelectual, não possui nenhum tipo de correspondência com o segmento jovem.



Gráfico 3 – Sexo dos entrevistados

Fonte: Elaboração do autor (2014)

Sobre a identificação do sexo dos entrevistados, houve grande predominância entre o sexo masculino (80% - 28 respondentes), em comparação ao sexo feminino (20% - 7 respondentes).

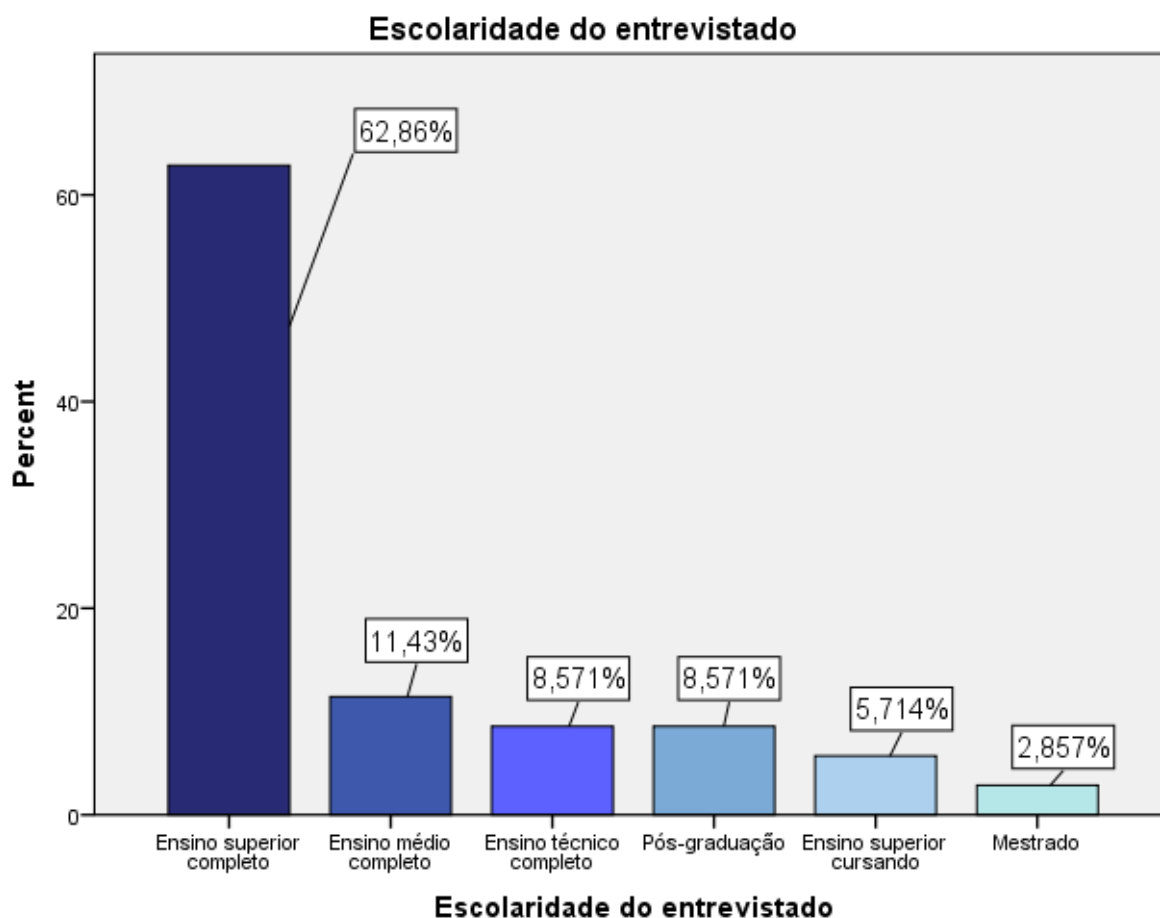


Gráfico 4 – Escolaridade dos entrevistados

Fonte: Elaboração do autor (2014)

Em relação à escolaridade dos entrevistados a maior frequência de resposta observada foi a de ensino superior completo, contando com quase 63% do total dos entrevistados. Analisando separadamente pela profissão dos entrevistados, foi possível inferir que, até mesmo os empresários que mesmo não necessitando de uma formação obrigatória para atuação, buscam o ensino superior para melhor preparação intelectual e desenvolvimento de suas habilidades.

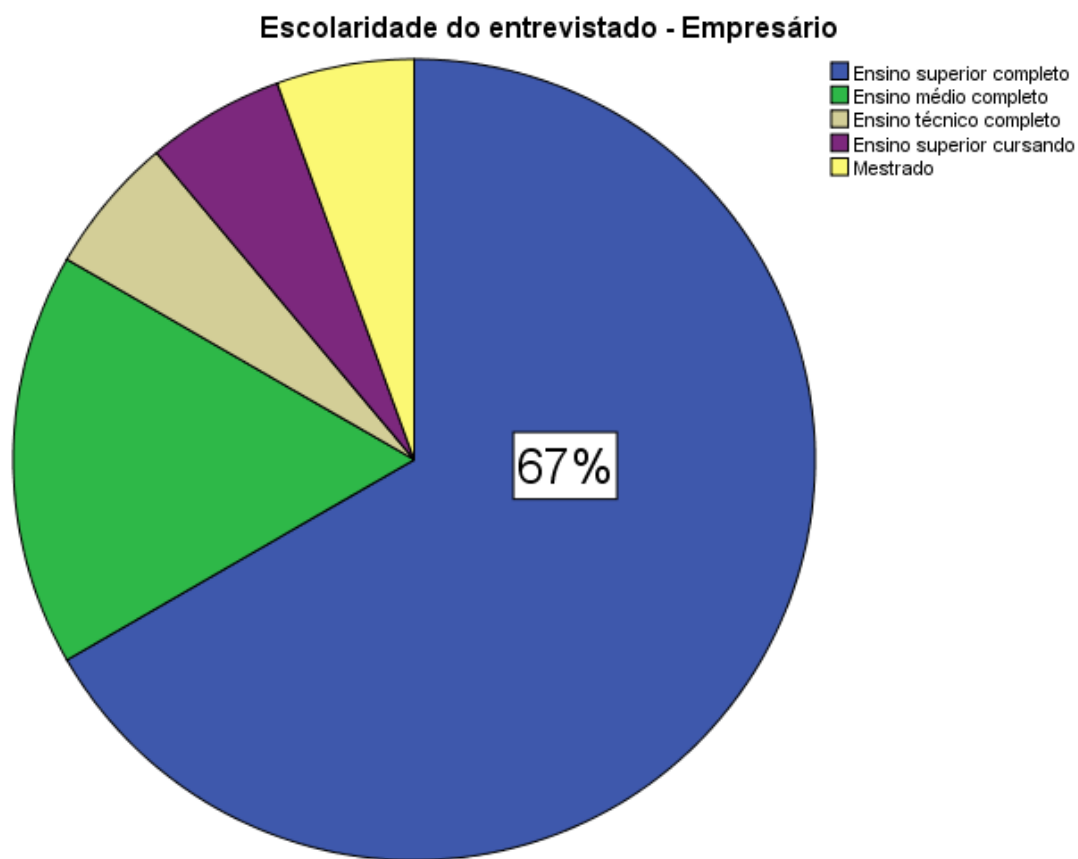


Gráfico 5 – Escolaridade do entrevistado Empresário
 Fonte: Elaboração do autor (2014)

4.2 Procedimentos de instalação de luz

O procedimento de instalação de luz foi um dos pontos analisados onde houve predominância nas respostas que afirmam que há pouca dificuldade de realização, como observado no gráfico 6. Esse processo foi o item que recebeu melhor avaliação entre os entrevistados, demonstrando não haver grandes dificuldades para a realização de suas etapas.

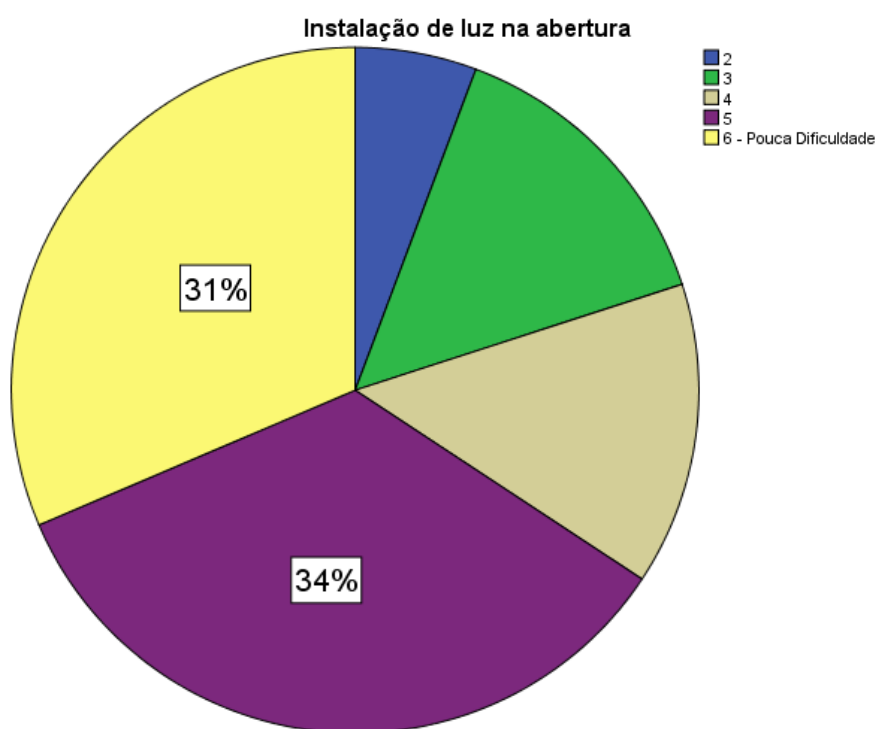


Gráfico 6 – Procedimentos de instalação de luz
 Fonte: Elaboração do autor (2014)

4.3 Obter crédito na abertura de empresas

A obtenção de crédito, conforme anteriormente discutido e analisado nas pesquisas do *Doing Business 2013*, no Distrito Federal tem a pior classificação entre os estados brasileiros. Segundo a pesquisa, são levados cerca de 45 dias para realizar todos os procedimentos para essa obtenção. Consta-se pelas respostas dos questionários que o procedimento é de grande dificuldade, onde a soma dos respondentes que optaram entre os valores que mais apontam dificuldade no processo (valores 1, 2 e 3) somados representam 74% do total das respostas. O gráfico 8 consegue demonstrar esse grande valor atribuído a dificuldade para o processo.

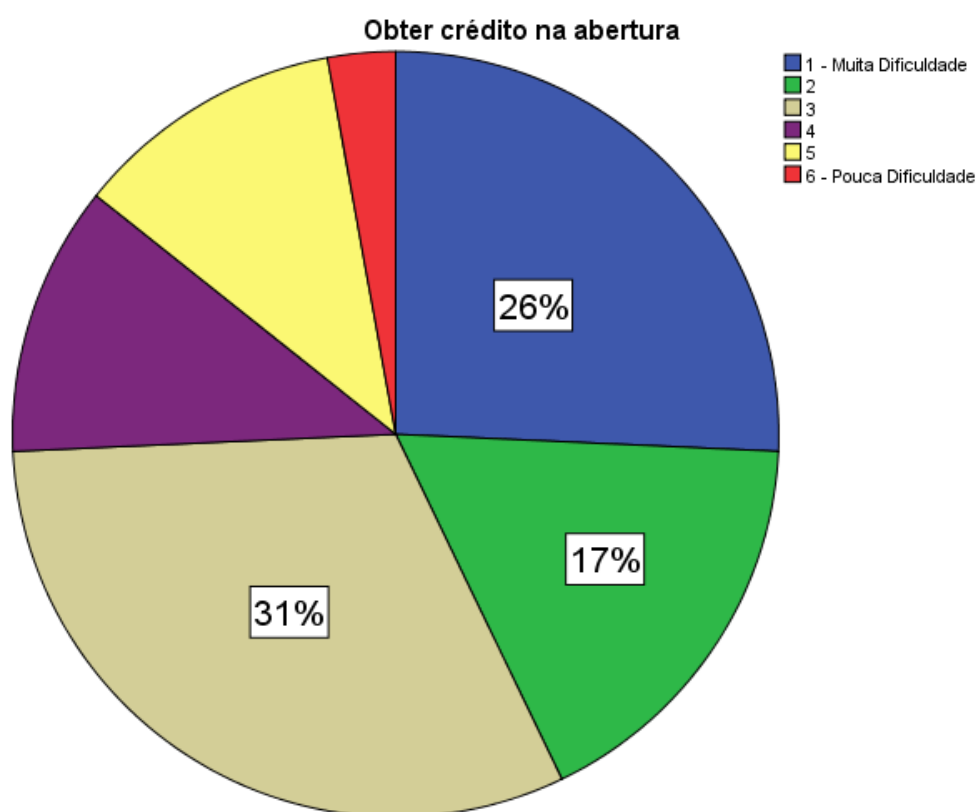


Gráfico 7 – Obter crédito na abertura de empresas
 Fonte: Elaboração do autor (2014)

Sobre a dificuldade de obtenção de crédito, um dos fatores mais relevantes encontrados na pesquisa teórica e na análise do questionário, pode ser facilitada por duas figuras que representam a maioria dos financiadores de crédito: o Estado, via empresas públicas de financiamento como o BNDES, Caixa Federal e Banco do Brasil; e os grandes bancos privados, como o HSBC, Itaú, Santander e Bradesco. Pode-se observar que atualmente, para se garantir um empréstimo pelas empresas públicas, diversos procedimentos burocráticos são exigidos, o que torna bastante difícil a aquisição do crédito por empreendedores sem instrução ou ferramentas necessárias. Além disso, se uma pessoa tem seu nome negativado no banco de dados do SPC (Serviço de Proteção ao Crédito), o processo que era complicado pode ficar quase impossível de se alcançar. Sugestões para melhorias na facilidade de se obter crédito com os entes públicos seriam de: desburocratizar os procedimentos, como realizar bancos de dados entre os órgãos para haver comunicação e uso da mesma base e se cobrar apenas documentos específicos; realizar consultorias e disponibilizar equipes de apoio ao empreendedor no momento

de pedido de crédito; e também, criar subsídios e critérios mais facilitados para a obtenção. Sobre a oferta de crédito pelos grandes bancos no Brasil, é perceptível que existe certa oferta disponível, porém com taxas de juros altíssimas, como podemos ver no exemplo de desconto de duplicatas na tabela 4. Esses juros inviabilizam a obtenção de crédito ou apenas adiam o fracasso do negócio. As recomendações para facilitação dessa obtenção de crédito ao empreendedor são de diminuição das taxas de juros e criação de reais programas que auxiliam o empreendedor nos momentos de pedido de crédito.

| Posição | Instituição | Taxa de Juros | |
|---------|--------------------------------|---------------|--------|
| | | % a.m. | % a.a. |
| 7 | HSBC BANK BRASIL SA BCO MULTIP | 1,79 | 23,66 |
| 11 | CAIXA ECONOMICA FEDERAL | 2,04 | 27,43 |
| 12 | BCO SANTANDER (BRASIL) S.A. | 2,05 | 27,55 |
| 31 | ITAÚ UNIBANCO BM S.A. | 2,73 | 38,2 |
| 33 | BCO BRADESCO S.A. | 2,81 | 39,46 |

Tabela 4 – Ranking das taxas de juros cobradas para descontos de duplicatas oferecidas pelos principais bancos para pessoa jurídica

Fonte: Site do Banco Central (2014)

4.4 Procedimentos para exportação

Conforme esperado, o item relativo aos procedimentos para exportação teve o mesmo resultado de que os estudos de Esteves & Nohara (2011). A micro e pequena empresa não possuem poder de barganha, possibilidade de diminuição da margem de lucro e capacidade produtiva que grandes empresas possuem para atingir mercados que vão além de sua praça local. Foi possível, então, observar a percepção dos contadores e empresários acerca do tema, onde as respostas que contém os valores que mais representam a dificuldade no processo (valores 1, 2 e 3) somados chegam a 66% do total.

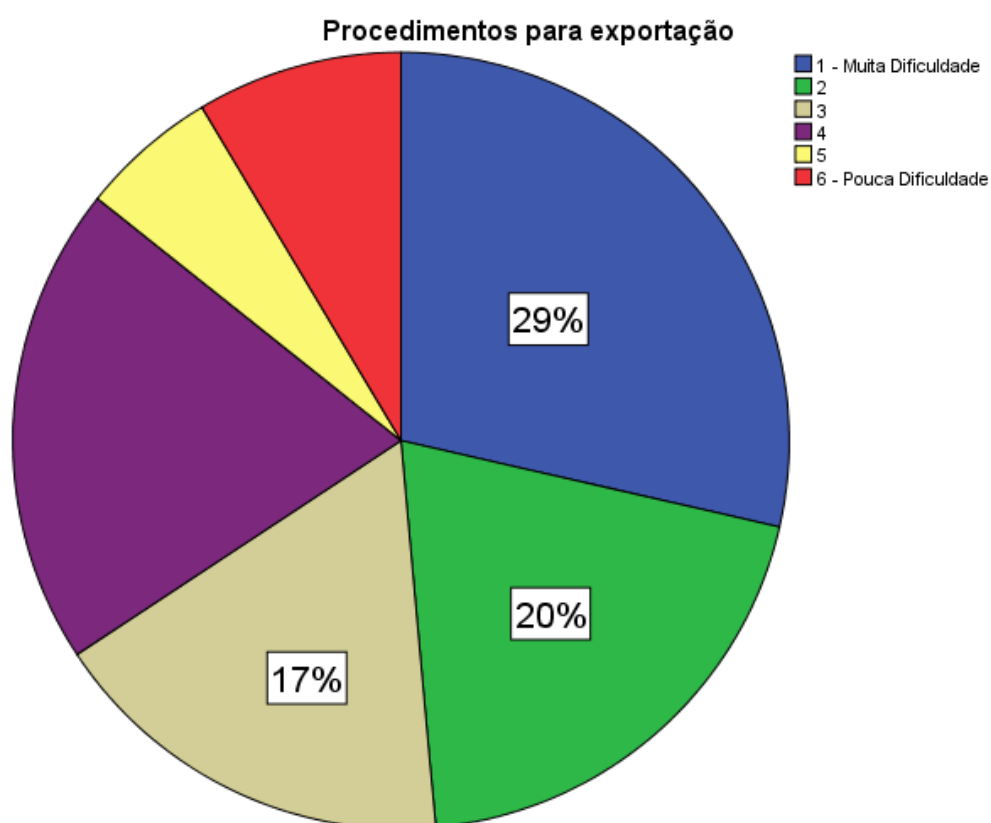


Gráfico 8 – Procedimentos para exportação

Fonte: Elaboração do autor (2014)

A dificuldade na exportação, evidenciado na referência teórica do estudo e também na análise dos dados dos questionários aplicados, na visão do autor, é bastante influenciada pelo não conhecimento dos caminhos efetivos para se alcançar os quesitos básicos e obter competitividade no mercado externo. Como sugestão para facilitação do processo, a criação de turmas de multiplicadores pelo Estado e órgãos fomentadores do empreendedorismo abordando o passo a passo necessário para a empresa se estabelecer no exterior facilitaria essa dificuldade. Questões como certificações, procedimentos básicos e até ensino da língua estrangeira com foco em negócios são opções de temas para as turmas.

4.5 Qualidade no atendimento dos órgãos públicos

Apesar das mudanças atuais da comunicação entre as entidades reguladoras e as micro e pequenas empresas, ela não foi percebida durante as

respostas dos questionários dos entrevistados. As respostas que continham os valores entre 1 e 2, somados, chegaram a mais de 50% do número dos entrevistados. O valor 6, que representa pouca dificuldade no processo, não teve nenhuma indicação pelos entrevistados.

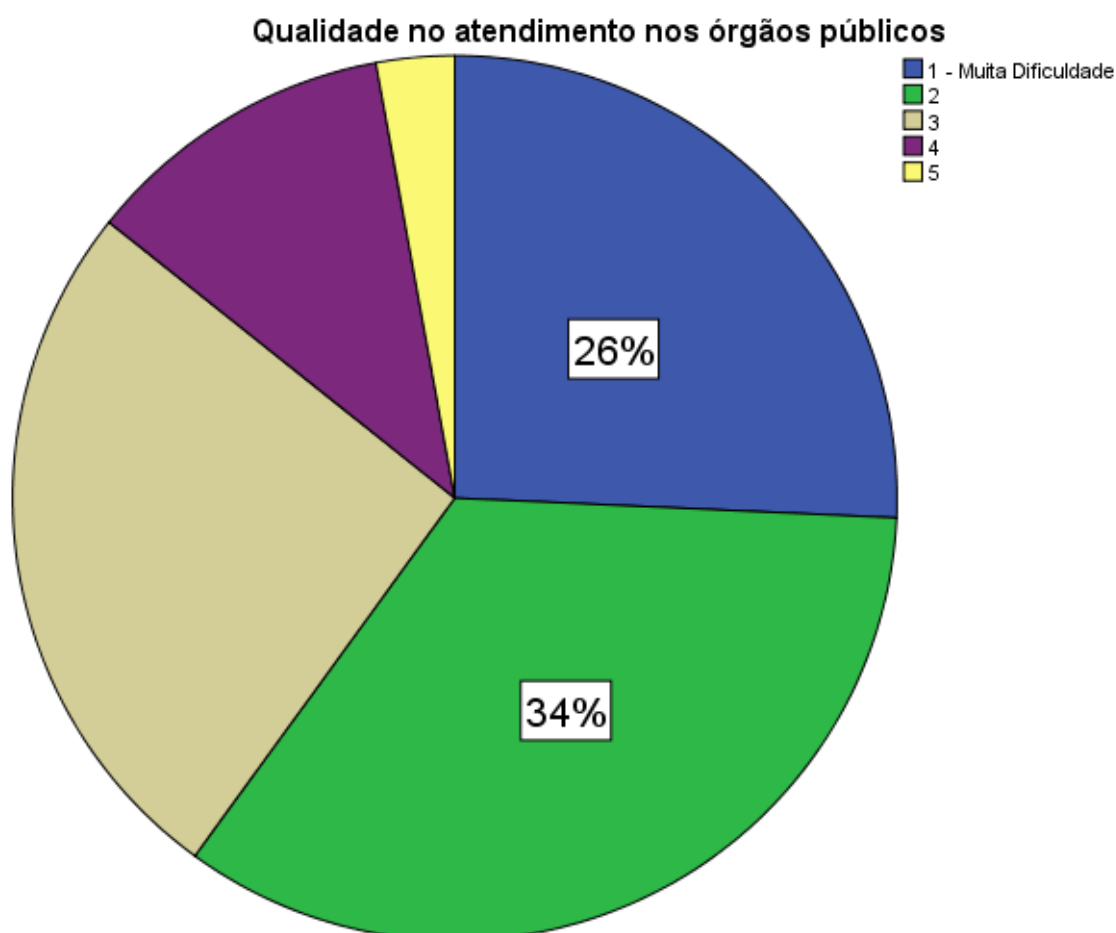


Gráfico 9 – Qualidade no atendimento nos órgãos públicos

Fonte: Elaboração do autor (2014)

Em relação a qualidade no atendimento dos órgãos públicos, muito é discutido acerca da estabilidade do servidor público no Brasil. Sem ameaças eminentes em seu emprego, o servidor público brasileiro possui grandes regalias em seu trabalho: não pode ser demitido sem justa causa, aposentadoria integral, e entre outros. Por esses e outros motivos, com uso da generalização, os servidores públicos são desmotivados e em muitas ocasiões não possuem grandes preocupações com seu consumidor, o cidadão. Essa estabilidade do servidor público

no Brasil é uma causa que foi ganha ao passar do tempo, e não pode (nem deve) ser regredida pelos princípios de irretroatividade de direito. Já a qualidade no atendimento dos órgãos públicos, é claro, vai variar dos diferentes órgãos e gestores responsáveis por suas equipes. Sendo então responsabilidade desses gestores de motivar, melhorar o atendimento e serviços em suas equipes.

4.6 Documentação necessária para abertura de empresas

Conforme discutido no início do trabalho, a burocracia é um dos principais problemas relacionados a facilidade de se fazer negócio. No cenário brasileiro, o empresário muitas vezes necessita entregar os mesmos documentos para diversos órgãos e esperar prazos e procedimentos diferentes para cada um deles.

Conforme discutido no referencial teórico, a legislação brasileira descreve em sua Constituição Federal sob Lei de número 11.598, a necessidade de apenas entrada de um documento único, que seria transmitido pela rede dos órgãos reguladores para evitar custos e tempo, acabando de vez com a burocracia presente na maioria dos processos administrativos de nosso país. Mesmo sendo um pouco idealizador esse cenário, programas recentes em favor da desburocratização estão em andamento, tocados principalmente pela Secretaria da Micro e Pequena Empresa, Juntas Comerciais e o SEBRAE. Porém, tais programas parecem ainda não ter efeito na percepção dos empresários e contadores de micro e pequenas empresas, que em suas respostas escolheram os valores que representam maior dificuldade no processo (valores 1, 2 e 3) em 61% de seu total.

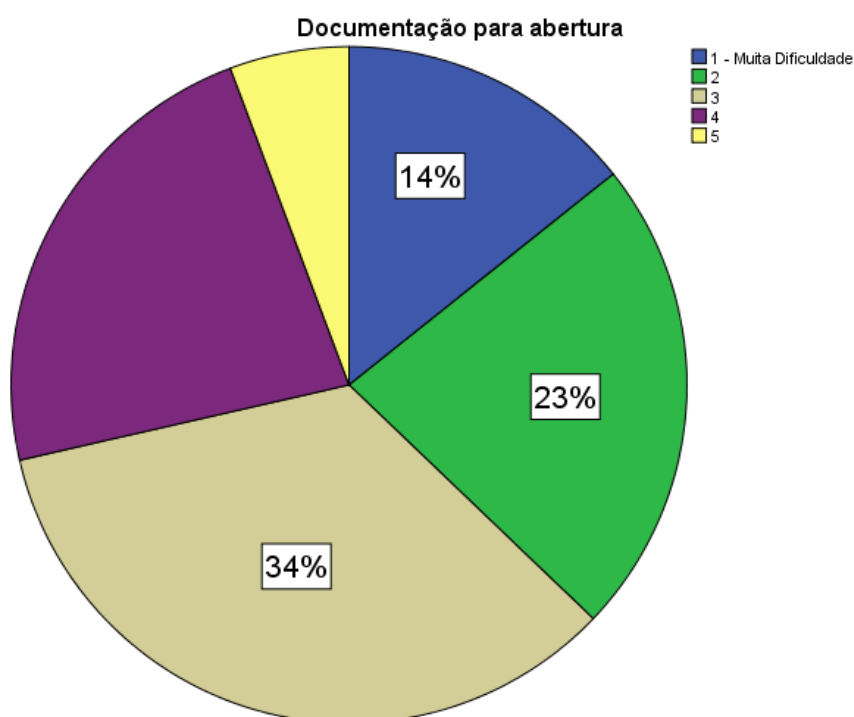


Gráfico 10 – Documentação necessária para abertura de empresas
 Fonte: Elaboração do autor (2014)

4.7 Obtenção de crédito no fechamento de empresas

A obtenção de crédito é retratada como um problema para a abertura de empresas quanto também como um grande fator influenciador para seu fechamento. Houveram dúvidas acerca desse processo durante a aplicação dos questionários, pois os entrevistados pouco sabiam que a falta de crédito é um dos grandes problemas que as empresas enfrentam ao fechar seu negócio. Talvez até por falta de planejamento, apoio ou auxílio quando necessitam de caixa para efetuar operações, encontram no mercado apenas opções com juros elevadíssimos que inviabilizam a continuidade de seu negócio.

Entre os entrevistados, foi analisado que a soma de 57% deles optaram pelos valores de maior dificuldade do processo (valores 1 e 2), mostrando que há muito a melhorar sobre a oferta de crédito no mercado.

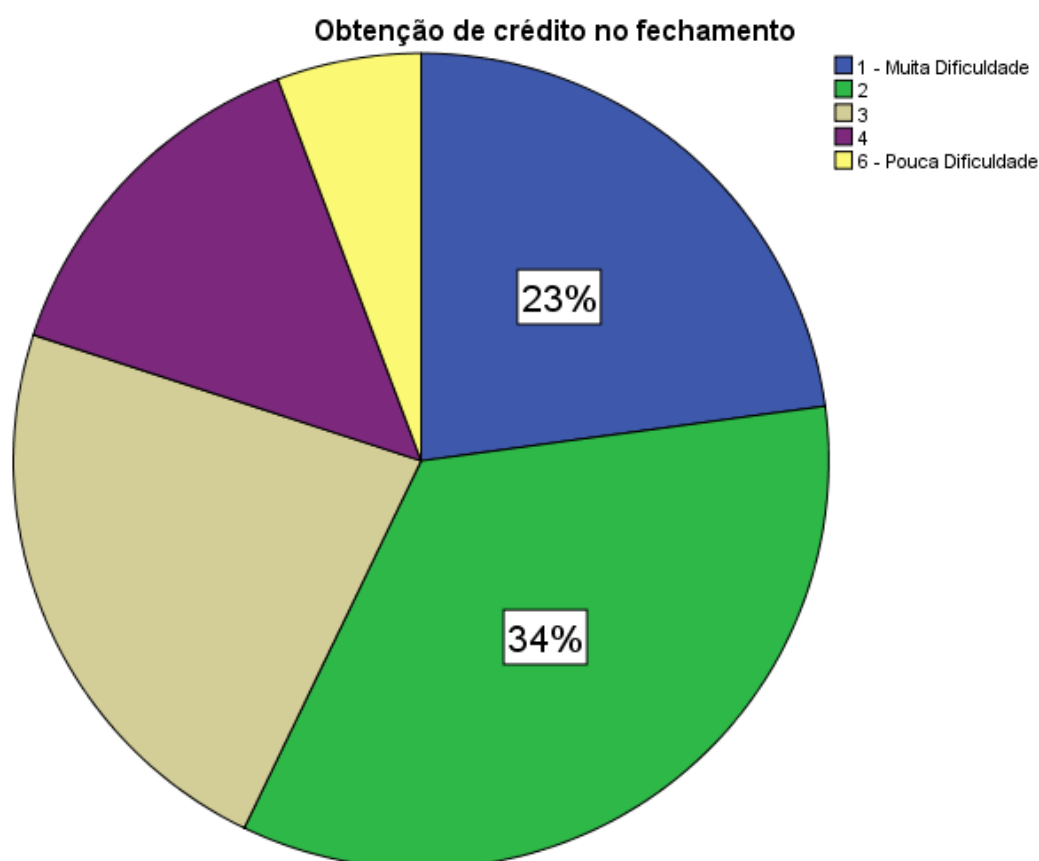


Gráfico 11 – Obtenção de crédito no fechamento de empresas
 Fonte: Elaboração do autor (2014)

4.8 Carga tributária no fechamento de empresas

A carga tributária atual em nosso país é considerada uma das maiores do mundo, onde no ano de 2013 totalizou cerca de 1 trilhão e 700 bilhões de reais arrecadados, segundo o site do Impostômetro. Sendo assim, o imposto brasileiro é um dos fatores que mais implicam na folha de pagamentos das empresas, que muitas vezes acabam fechando suas portas devido a não adequação ou falta de dinheiro com seus relativos impostos.

Em relação às MPEs, o governo federal oferece um modelo fácil e barato de tributação, o chamado Simples Nacional. O Simples busca compartilhar o regime de tributação em um só documento tributável para essas empresas. Os optantes desse regime ao pagar suas faturas, estarão pagando de uma só vez os tributos de: IRPJ,

CSLL, PIS/Pasep, Cofins, IPI, ICMS, ISS e a Contribuição para a Seguridade Social destinada à Previdência Social a cargo da pessoa jurídica (CPP).

Mesmo com um tratamento diferenciado para as micro e pequenas empresas, as respostas dos entrevistados abordados não refletiram a mudança que vem acontecendo no cenário brasileiro, em particular para as MPEs. 43% dos entrevistados relataram que a carga tributária atual apresenta os valores de maior dificuldade (valores 1 e 2), como vemos no gráfico 13 a seguir:

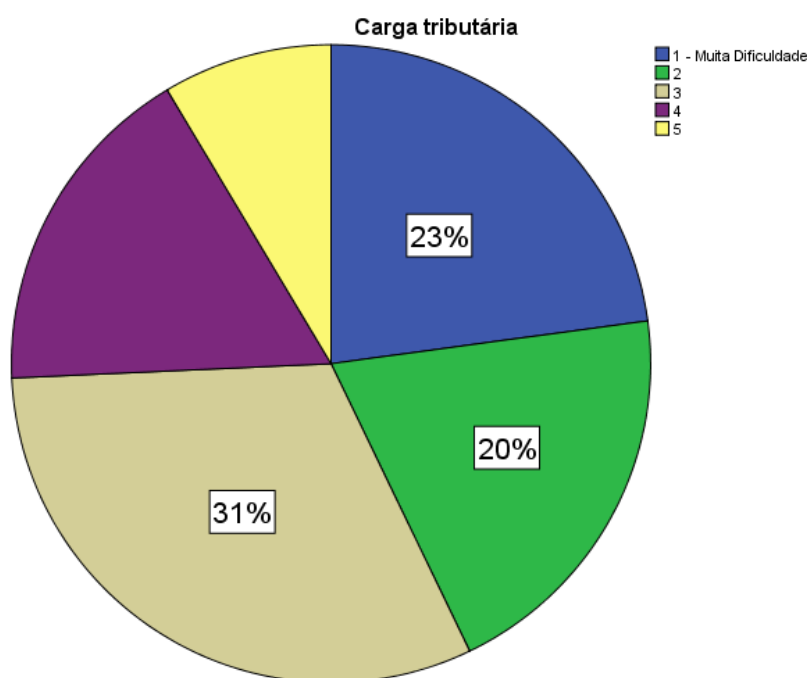


Gráfico 12 – Carga tributária no fechamento de empresas

Fonte: Elaboração do autor (2014)

É de conhecimento geral de que a carga tributária brasileira atual é exagerada em todos os sentidos. Convivemos com a dupla tributação, guerra fiscal e diversas opções de escolher o melhor tipo de tributação para a empresa no nosso dia a dia, e muitos nem tem ciência disso. Para uma evolução no quesito de tributação em nosso cenário, é cada vez mais necessária uma reforma tributária, o que tantos políticos antes de serem eleitos prometem. Sem que essas promessas saiam do discurso e vão para os papéis em forma de legislação, não será possível alterar esse cenário catastrófico.

4.9 Apoio governamental

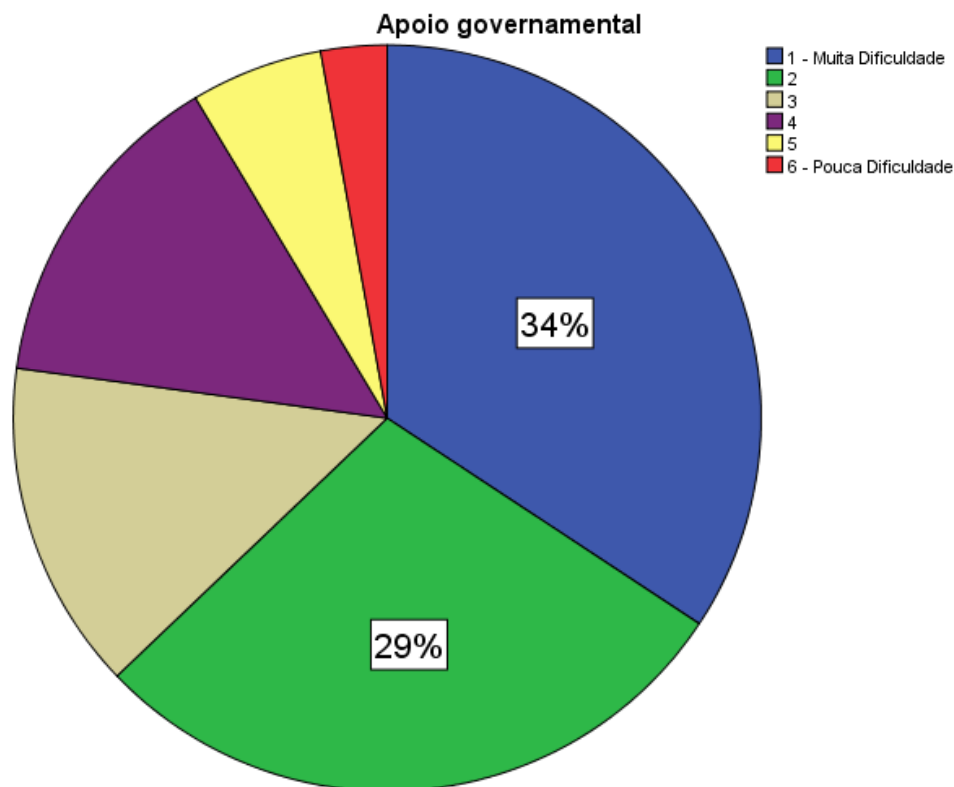


Gráfico 13 – Apoio Governamental
Fonte: Elaboração do autor (2014)

O gráfico 14 apresenta um dado alarmante e contínuo da população em questão ao apoio do governo em relação as empresas que compõem seu quadro de micro e pequenas empresas. Muito é cedido às grandes empresas e associações, porém o poder de influência exercido por uma micro e pequena empresa é muito pouco. Dos entrevistados, 63% relataram que tiveram muita dificuldade nos processos de apoio governamental (valores 1 e 2). Esses fatores podem contribuir para a informalização e sonegação com o Estado pelas empresas, algo que é comum de ser observado seja pelos grandes centros ou interiores do país.

É observado em comparação a tempos anteriores que houve uma significativa mudança na comunicação e transparência dos entes governamentais com a população como um todo. Provavelmente como tendência da globalização e maior acesso das mídias atuais, ficou mais simples descobrir atos de corrupção, se comunicar com o Estado, ou até mesmo expor sua opinião sobre suas experiências.

É, portanto um caminho visível de que no futuro poderemos aprender com processos de pessoas no passado e melhorar esse tipo de abordagem entre o Estado e o cidadão. Em relação às leis de incentivo as MPEs, cabe dizer que ainda não há uma grande disseminação e conhecimento da população acerca dessas vantagens, porém em comparação as médias e grandes empresas, a micro e pequena empresa possui inúmeras vantagens competitivas em relação às leis para poder competir igualmente com as outras e também com o mercado externo. É necessário então, uma melhor propaganda acerca do apoio que o governo oferece, além de um aumento das vantagens das políticas públicas atuais a favor do pequeno negócio.

4.10 Mão de obra especializada no fechamento de empresas

A mão de obra especializada é um problema constante no cenário brasileiro, e mais frequente ainda no cenário do Distrito Federal. Não podia ser diferente pela percepção dos entrevistados, que escolheram os valores de maior dificuldade (valores 1 e 2) em 63% dos casos.

A mão de obra especializada é um dos itens mais observados ao se abrir uma empresa no Brasil, especialmente no Distrito Federal. Como não foram encontrados estudos acerca da temática, não foi possível realizar o levantamento de hipóteses para confirmação de que ainda continua um tema preocupante. Como o mercado do Distrito Federal ainda é muito novo, em comparação as grandes cidades do Brasil maior ainda das grandes cidades do mundo, a mão de obra especializada na capital federal é muito cara e escassa. Como meios de melhoria desse item, sugere-se a melhor capacitação da massa trabalhadora local, com cursos técnicos focados no mercado de trabalho. Sem o subsídio do Governo do Distrito Federal e alto custo de operação, grandes empresas tendem a fugir do Distrito Federal deixando apenas suas representações com o governo fixas na capital. Sem a grande empresa, que tem força suficiente para atrair e formar profissionais especializados, as médias, pequenas e micro empresas são quase forçadas a contratar mão de obra já especializada e cara. Sendo assim, sugere-se que tanto o

GDF quanto os entes fomentadores do empreendedorismo, intensifiquem e ampliem seus cursos profissionalizantes como forma de atrair profissionais também de outras localidades do país e do mundo.

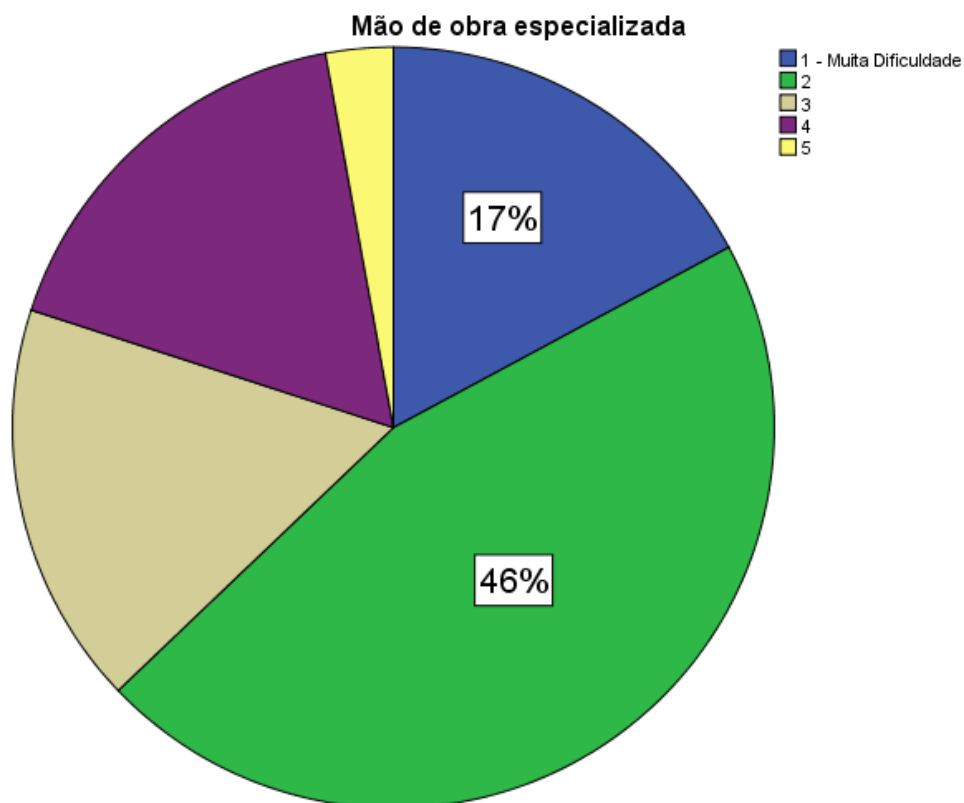


Gráfico 14 – Mão de obra especializada no fechamento de empresas
Fonte: Elaboração do autor (2014)

4.11 Leis de incentivo às MPEs no fechamento de empresas

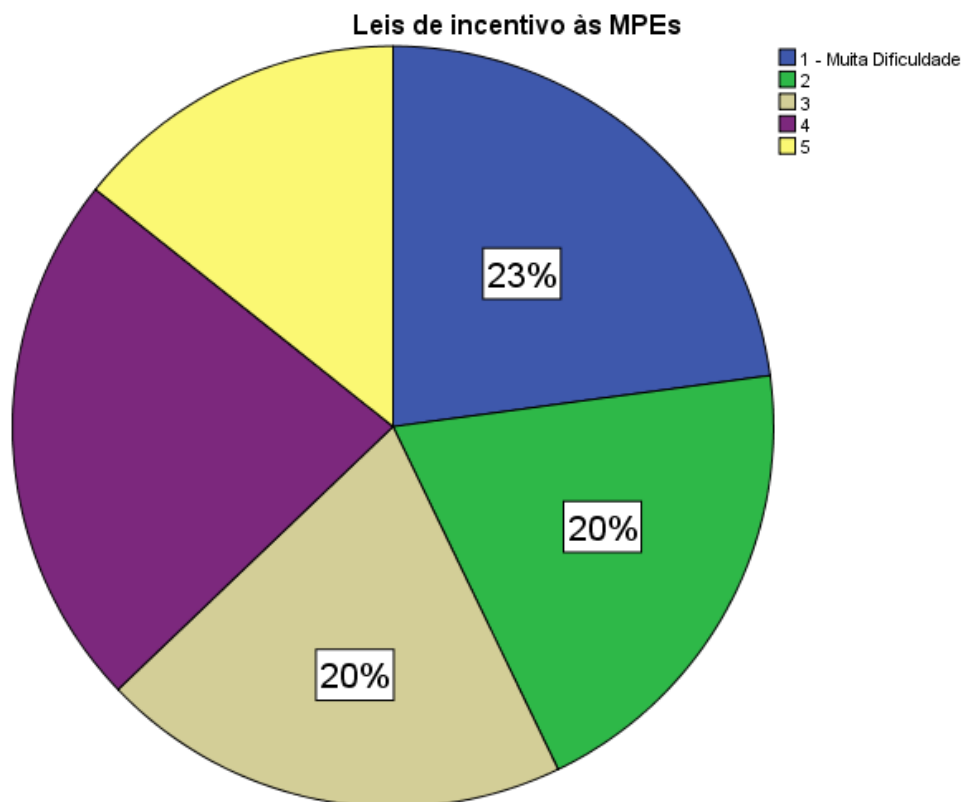


Gráfico 15 – Leis de incentivo às MPEs no fechamento de empresas

Fonte: Elaboração do autor (2014)

Nesta análise da percepção dos entrevistados, podemos inferir que a imagem já desgastada do governo frente a atuação com a população, pode ter sido uma grande variável influenciadora. Leis como a Lei Complementar 123 de 2006 (Lei Geral da Micro e Pequena Empresa), Lei 11.598 de 2007 (Criação da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios), Lei Complementar 128 (que cria o Micro Empreendedor Individual), Lei nº 12.441, de 2011 (cria a figura do EIRELI), e outras leis a favor da Micro e Pequena Empresa ainda não são perceptíveis ao olhar dos entrevistados. É, portanto de interesse do Estado de que tais projetos sejam mais conhecidos e úteis para o cidadão.

5 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

O presente artigo possui como seu principal objetivo a análise da percepção dos empresários e contadores acerca dos procedimentos de abertura e fechamento de empresas. Dado a validade das respostas obtidas, pode-se concluir que o objetivo central foi atingido. Contribuir para corroborar dados já existentes e estimular novas pesquisas são objetivos a serem alcançados dependendo da proporção em qual a pesquisa for replicada e visualizada.

Com base no referencial teórico, pode-se evidenciar claramente a importância da figura da empresa para a sociedade, demonstrando que suas relações e representações variam durante o tempo. Portanto, é necessária contínua atualização de legislações e meios de comunicação entre os principais agentes envolvidos no processo, ou seja, o Estado, as entidades reguladoras, as de fomento ao empreendedorismo e até mesmo o próprio empreendedor.

O assunto acerca do ambiente de negócios é de suma importância para a população em geral, tendo em vista que influencia diretamente o resultado do país, seja pelo seu Produto Interno Bruto (PIB) quanto pelo número de desemprego, fatores sempre observados em análises econômicas.

Como dito anteriormente, a amostra atingida é bastante inferior à idealizada pelo autor e pelos índices estatísticos. Com maiores recursos, a pesquisa poderia ter contado com um maior número de entrevistados, porém não necessariamente haveria alterações dos resultados. Foi analisado durante as pesquisas o momento em que se chegou à saturação das respostas dos entrevistados, não havendo necessidade de uma maior amplitude do número dos entrevistados.

Procedimentos que foram apontados como grandes barreiras da facilidade de se fazer negócio na fundamentação teórica, como: dificuldade na obtenção de crédito, exportação e carga tributária, foram confirmados na análise da percepção dos entrevistados. Cabe, portanto, aos entes reguladores buscarem alternativas para melhoria e facilitação destes processos. O autor em sua capacidade pode apenas sugerir, em sua análise dos dados, diferentes caminhos em relação ao atual para alcançar essa melhoria.

Além das hipóteses abordadas no referencial teórico que foram confirmadas nas respostas dos questionários, outros procedimentos que não foram abordados como: a qualidade no atendimento dos órgãos públicos, documentação necessária para abertura de empresas, apoio governamental, mão de obra especializada e também as leis atuais de incentivo as micro e pequenas empresas, não foram bem avaliados nos questionários aplicados. É possível então, sugerir mudanças no cenário atual, como fora realizado na análise de resultados do trabalho.

Finalizando, o objetivo geral e objetivos específicos do trabalho foram atingidos e comprovados. Porém, uma recomendação para melhor análise e entendimento do assunto seria a de maiores amostras e outras análises estatísticas dos dados. A análise de frequência tem como objetivo apenas a compilação para melhor visualização dos resultados, porém outras técnicas como o teste de Mann Whitney e o teste de Kruskal Wallis seriam interessantes para análise da variância entre os resultados e inferência dos dados.

Outra recomendação é que sejam feitas novas pesquisas acerca do tema em diferentes cidades e/ou regiões brasileiras. Fatores que foram muito mal avaliados aqui no Distrito Federal, como a obtenção de crédito, podem não ser percebidos em outros estados ou cidades brasileiras. Com maiores dados é possível realizar melhores inferências e ter melhor base para se fazer afirmativas acerca de qualquer assunto.

Em suma, é possível entender que o ambiente de negócios no Distrito Federal, e também no Brasil ainda tem muitos aspectos a melhorar para dar às micro e pequenas empresas condições realmente favoráveis para desenvolvimento de seus negócios. Enquanto essas mudanças propostas pelo autor não forem realizadas, a percepção dos cidadãos, em particular do empresário e do contador, continuará sendo de má avaliação do ambiente de negócios.

REFERÊNCIAS

Acs, Z. J. *State of literature on small- to medium-sized enterprises and entrepreneurship in low-income communities. **Entrepreneurship in emerging domestic markets.*** Nova York: Springer. 2007.

BRASIL. Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil.**

BRASIL. Lei Complementar nº 128 de 19 de dezembro de 2008. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil.**

BRASIL. Lei nº 11.598 de 3 de dezembro de 2007. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil.**

BRASIL. Lei nº 12.441 de 11 de julho de 2011. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil.**

CATAPAN, A; CORTES, A; SOUZA, P; SANTOS, R; SILVA, V. **A utilização da contabilidade gerencial: um estudo em micro e pequenas empresas.** Curitiba. - Outubro/Dezembro de 2011. *Economia & Tecnologia* - Ano 07, Vol. 27.

Endeavor Brasil, 2013. **Empreendedores Brasileiros – Perfis e Percepções.** Disponível em: <<http://promo.endeavor.org.br/pesquisa-empreendedores-relatorio-completo>>. Acesso em: 15 nov. 2014.

ESTEVES, G.; NOHARA, J. Fatores Críticos à estabilidade das alianças estratégicas das Micro e Pequenas Empresas. **Revista de Administração e Inovação**, São Paulo, v. 8, n. 3, p.182-204, jul./set. 2011.

Global Entrepreneurship Monitor, 2013. **Empreendedorismo na Região Centro-Oeste do Brasil.**

LANDES, David S.; MOKYR, Joel; BAUMOL, William J. **A origem das corporações: uma visão histórica do empreendedorismo da mesopotâmia aos dias atuais.** São Paulo: Campus, 2010.

PEREIRA, M; GRAPEGGIA, M; EMMENDOERFER, M; Três, D; Fatores de inovação para a sobrevivência das micro e pequenas empresas no Brasil. **RAI - Revista de Administração e Inovação**, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 50-65, 2009.

SEBRAE, 2013. **Sobrevivência das Empresas no Brasil. Coleção de Estudos e Pesquisas.** Brasília-DF, Brasil.

SCHWINGEL, I; FERRAZ, G. Políticas Públicas para formalização das empresas: Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas e iniciativas para a desburocratização. **Boletim Mercado de Trabalho - Conjuntura e Análise nº 54**. IPEA. 2013

VERGARA, S.C. Começando a definir a metodologia. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 3ª edição, capítulo 4, p.46 – 53. Atlas São Paulo. 2000.

World Bank. **Doing Business 2014: Understanding Regulations for Small and Medium-Size Enterprises (Compreendendo as Regulamentações para Pequenas e Médias Empresas)**. Washington, D.C.: Grupo Banco Mundial. 2013.

World Bank. **Doing Business 2013: Regulamentos Inteligentes para Pequenas e Médias Empresas**. Washington, D.C.: Grupo Banco Mundial. 2013.

ZYLBERSZTAJN, D. FACCIOLI, F. SILVEIRA, R. **Mensuração de custos de abertura de pequenas empresas no Brasil**. Revista de Administração da Universidade de São Paulo. São Paulo, Volume: 42 - Número: 3. Julho / agosto / setembro 2007

APÊNDICES

Anexo A – Questionário aplicado



Universidade de Brasília

Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade

Departamento de Administração

Esta pesquisa tem como objetivo analisar o ambiente de negócios, no âmbito de micro e pequenas empresas, pela visão de **contadores e empresários** acerca da abertura e fechamento de micro e pequenas empresas - MPEs.

O questionário aborda em seu primeiro bloco as informações pessoais para futura segmentação dos respondentes, e em seus blocos 2 e 3 sua **percepção** sobre procedimentos necessários para abertura e fechamento de empresas, respectivamente.

Suas respostas serão **confidenciais** e, por isso, não há campos para identificação pessoal ou de sua empresa.

Por favor, **não deixe itens em branco**.

Qualquer tipo de dúvida, crítica ou sugestão, poderão ser encaminhados via e-mail: arthur_vieira_01@hotmail.com.

Obrigado pela participação!

Bloco 1 – Informações pessoais

- 1) Profissão:
- 2) Idade:
- 3) Sexo: () Masculino () Feminino
- 4) Estado Civil () Solteiro () Casado () Divorciado () _____
- 5) Escolaridade () Ensino Fundamental
 () Ensino Médio
 () Ensino Técnico
 () Ensino Superior
 () _____

Bloco 2 – Abertura de Empresas

| | Muita dificuldade | | | | | Pouca dificuldade |
|--|-------------------|---|---|---|---|-------------------|
| | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 |
| 6) Instalação de luz | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 |
| 7) Alvarás de construção | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 |
| 8) Registrar Propriedade | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 |
| 9) Obter Crédito | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 |
| 10) Pagar impostos | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 |
| 11) Exportação | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 |
| 12) Leis Trabalhistas | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 |
| 13) Vistorias | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 |
| 14) Mão de obra | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 |
| 15) Qualidade no atendimento nos órgãos públicos | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 |
| 16) Documentos | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 |
| 17) Leis de incentivo às MPEs | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 |

Bloco 3 – Fechamento de Empresas

| | Muita dificuldade | | | | | Pouca dificuldade |
|-------------------------------|-------------------|---|---|---|---|-------------------|
| | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 |
| 18) Obtenção de crédito | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 |
| 19) Impostos | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 |
| 20) Planejamento | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 |
| 21) Apoio governamental | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 |
| 22) Leis trabalhistas | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 |
| 23) Mão de obra especializada | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 |
| 24) Leis de incentivo às MPEs | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 |